

Fomentar a cultura

Política nacional de leitura pública

A Secretária de Estado da Cultura, Teresa Patrício Gouveia, determinou a criação de um grupo de trabalho que tem por tarefa a definição a curto prazo das bases do estabelecimento de uma rede de bibliotecas públicas e de uma política nacional de leitura pública.

Esta decisão surge na sequência das conclusões de uma comissão, nomeada em 5 de Dezembro do ano passado, que tinha por missão elaborar um relatório sobre a situação do livro em Portugal.

Nesse relatório, a comissão considera que «o passo mais decisivo para a transformação, a médio prazo, da situação de crise no mercado do livro, bem como dos hábitos de leitura da população, reside na criação de estruturas que possibilitem a existência e funcionamento regular, coerente e eficaz de uma rede de leitura pública à escala nacional».

O desenvolvimento deste plano realizar-se-á de acordo com o empenho que vier a ser demonstrado pelas autarquias locais que são um elemento determinante para a sua concretização.

Para orientar e coordenar um grupo de trabalho que defina a

política a seguir neste domínio, a Secretária de Estado da Cultura nomeou esta semana a presidente do Conselho Nacional da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentistas, Maria José Moura, que deverá agora propor-lhe os nomes das personalidades que o vão integrar.

Segundo o despacho de Teresa Gouveia, o grupo de trabalho deverá apresentar-lhe, no que se refere à rede de Bibliotecas públicas e no prazo de três meses, «Propostas de medidas susceptíveis de serem tomadas de imediato no domínio orçamental e também no normativo, nomeadamente sobre responsabilização repartida das administrações central e autárquica, adaptação e construção de novos equipamentos, contribuição de fundos bibliográficos adequados, formação profissional, dinamização do

livro e da leitura e sensibilização do público».

A comissão tem um prazo de oito meses para apresentar a Teresa Gouveia «Uma proposta de uma política nacional participada de leitura pública, estabelecendo fases, propondo os instrumentos e a articulação dos meios existentes ou a criar, eventualmente de carácter legislativo e financeiro».

Muitas medidas em ambos os domínios foram, entretanto, propostas pela referida comissão do livro cujo relatório será tornado público em breve e que já foi enviado a diversas instituições com empenho na área editorial ou de difusão da cultura.

O relatório propõe um total de 105 medidas a serem tomadas em diversas instâncias e a diversos níveis de fomento da oferta e da procura do livro.

Dia
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
<del>18</del>
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Bibliotecas e Arquivos

